

O caso “Angola e Metrópole”

O caso do Banco Angola e Metrópole, mais conhecido por caso “Alves dos Reis”, marcou os últimos anos da 1.ª República e a ditadura pré-Estado Novo. Protagonizada por Artur Alves Reis, a burla assumiu contornos totalmente inéditos e causou espanto generalizado na sociedade portuguesa.

No centro dos acontecimentos estiveram duas emissões ilegais de notas de 500 escudos, chapa 2, do Banco de Portugal (BdP), obtidas por Alves Reis, Karel Marang – um comerciante holandês – e seus cúmplices junto do fabricante inglês Waterlow & Sons (W&S).

O plano terá começado a ser concebido por Alves Reis em meados de 1924, após o fracasso de um esquema fraudulento que envolvia duas companhias coloniais ligadas a Angola e que levou Alves Reis à prisão. No final de 1924, Alves Reis falsificava dois contratos: um entre ele próprio e o alto-comissário de Angola, e outro entre o alto-comissário e o BdP. O alegado objetivo destes contratos seria uma operação secreta de financiamento da colónia de Angola, que atravessava graves dificuldades económicas.

Com base nesses contratos, e tendo descoberto o esquema de séries, números e assinaturas utilizado pelo Banco nas suas notas, o grupo conseguiu encomendar junto de W&S, um dos fornecedores de notas do BdP, o fornecimento de 200 000 notas de 500 escudos, chapa 2, alegadamente destinadas a circularem em Angola.

Fazendo uso dos privilégios diplomáticos de Karel Marang, o grupo conseguiu introduzir em Portugal grande parte das notas da 1.ª emissão entre fevereiro e março de 1925. Começa então o processo de branqueamento dos capitais assim obtidos através da compra de moeda estrangeira, de depósitos e transferências bancárias em várias zonas do país, e de diversas operações de crédito e aquisição de capital em companhias coloniais ligadas a Angola.

Em abril de 1925, o grupo de Alves Reis decide avançar com a criação de um banco comercial e de fomento. A proposta recebe pareceres desfavoráveis da Inspeção do Comércio Bancário e do Conselho Bancário, com especial oposição do BdP, mas acaba por ser autorizada pelo ministro das Finanças em junho. No início de julho de 1925, nasce o Banco Angola e Metrópole, constituído em parte por capitais fictícios.

Nos finais de julho desse ano, Waterlow recebia de Marang uma encomenda adicional de 380 000 notas do mesmo tipo. A 2.ª emissão começou a entrar em Portugal a partir dos inícios de setembro, desta vez com o auxílio do ministro da Venezuela em Portugal (conde de Planas Suárez). Através do Banco Angola e Metrópole, o grupo concedia financiamentos e adquiria posições em diversas companhias de Angola e em novembro iniciou mesmo a aquisição de ações do BdP, procurando atingir uma posição dominante na instituição. Na época,

o BdP não era ainda um banco central, embora desempenhasse já algumas funções típicas desse estatuto, por exemplo, como prestamista de última instância.

No entanto, as avultadas operações do banco e as dúvidas sobre a proveniência dos seus capitais levaram, a partir de outubro, ao surgimento de uma campanha mediática contra o Banco Angola e Metrópole. Em novembro, as suspeitas adensam-se e o BdP solicita uma inspeção ao Banco Angola e Metrópole. Finalmente, torna-se notória a abundância de notas de 500 escudos da chapa 2 no Porto e o BdP decide intervir, em colaboração com o juiz João Direito e a Polícia de Investigação Criminal.

No dia 5 de dezembro, após conferência exaustiva das notas encontradas na filial do Banco Angola e Metrópole e noutros locais, os técnicos do BdP encontravam as primeiras notas duplicadas.

No dia seguinte, reconhecendo a grande dificuldade em distinguir os duplicados das notas genuínas, o BdP decide retirar de circulação todas as notas de 500 escudos da chapa 2. A troca decorre até aos finais do ano e resulta na recolha de mais de 195 000 notas para além das legalmente emitidas (600 000 notas). O Banco sofria então um prejuízo direto de quase 100 000 contos. Entretanto, diversos membros do grupo de Alves Reis são presos e interrogados. Mas só em meados de dezembro os verdadeiros contornos da burla começam a ser esclarecidos.

Os anos seguintes até 1930, quando se iniciou o julgamento do caso, foram ocupados por investigações aprofundadas à escrita do Banco Angola e Metrópole e de outras firmas, por diligências policiais no estrangeiro, pelo exame de todas as notas recolhidas com vista à sua correta identificação e pela ação da Comissão Liquidatária do Banco Angola e Metrópole, criada em maio de 1926. Em 1928, o BdP iniciava nos tribunais ingleses uma ação contra W&S.

Alves Reis seria definitivamente condenado a 8 anos de prisão e 12 anos de degredo em agosto de 1931. No mesmo mês, chegava ao fim a atividade da Comissão Liquidatária, que conseguira recuperar até então mais de 43 000 contos dos prejuízos sofridos pelo BdP. Finalmente, em 1932, o caso chegava ao fim nos seus principais desenvolvimentos, com a condenação de Waterlow em última instância e a celebração de um acordo relativamente ao montante da indemnização a pagar, fixado em 697 416 libras.



MUSEU DO DINHEIRO
MONEY MUSEUM

BANCO DE PORTUGAL